



“Questão Social, Pandemia e Serviço Social: em defesa da vida e de uma educação emancipadora”

Eixo temático: Serviço Social: Fundamentos, Formação e Trabalho Profissional

CONTRIBUIÇÕES DE CLÓVIS MOURA PARA O ESTUDO DA REALIDADE BRASILEIRA E PARA A FORMAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL

CRISTIANE LUIZA SABINO DE SOUZA ¹
HELOÍSA TELES ¹
EDUARDA SALLA MARCELINO ¹
JOYCE SANTOS ¹

RESUMO: O objetivo desta comunicação é apresentar as contribuições de Clóvis Moura para estudar a realidade brasileira e para a formação em Serviço Social, em particular. Baseia-se nas sínteses dos estudos e debates de obras moureanas realizados pelo Grupo de Estudos do Coletivo Veias Abertas (IELA/UFSC). Destaca-se a interlocução entre as obras estudadas e o proposto nas Diretrizes Curriculares da ABEPSS, sobretudo no desvelar das particularidades das relações sociais e da luta de classes no Brasil. Moura é uma referência necessária à formação profissional e à práxis antirracista e anticapitalista que o projeto ético-político da profissão busca fortalecer.

Palavras-Chave: Clóvis Moura; Serviço Social; Práxis

ABSTRACT: The objective of this communication is to present Clóvis Moura's contributions to the study of Brazilian reality and to formation in Social Work, in particular. It is based on the syntheses of studies and debates on Moorish works carried out by the Study Group of the Coletivo Veias Abertas (IELA/UFSC). The dialogue between the works studied and what is proposed in the ABEPSS Curriculum Guidelines stands out, especially in revealing the particularities of social relations and class

¹ Professor com formação em Serviço Social. Universidade Federal De Santa Catarina

struggle in Brazil. Moura is a necessary reference for professional formation and the anti-racist and anti-capitalist praxis that the ethical-political project of the profession seeks to strengthen.

Keywords: Clóvis Moura; Social Work; Práxis

I. INTRODUÇÃO

O grupo de Estudos e Pesquisa Trabalho e Política Social na América Latina - Veias Abertas é vinculado ao Instituto de Estudos Latino-Americanos da Universidade Federal de Santa Catarina (IELA/UFSC) e foi criado em 2005 sob a coordenação da Professora Beatriz Paiva. Como espaço político-acadêmico da área do Serviço Social - reúne estudantes da graduação e pós-graduação, além de profissionais, militantes sociais e docentes - o Coletivo Veias Abertas articula e potencializa projetos de pesquisa e extensão, vinculados ao IELA/UFSC e ao Departamento de Serviço Social (DSS/UFSC), nos temas relacionados à questão social, trabalho e políticas públicas, sempre com uma mirada latino-americana. Se propõe a refletir criticamente sobre o Serviço Social e a atuar junto a territórios que se organizam autonomamente na busca dos seus direitos.

Sua origem decorre do anseio político e investigativo de nos debruçarmos sobre a análise das particularidades da produção e reprodução capitalista no continente latino-americano, a partir do legado teórico-político da Teoria Marxista da Dependência, bem como do estudo das condições concretas das políticas sociais na sociedade brasileira.

É dimensão essencial do Coletivo Veias Abertas questionarmos sobre as possibilidades reais de ultrapassar o eixo formal-abstrato dos direitos sociais, na direção da mobilização protagônica das massas. Como coletivo que almeja uma práxis transformadora, pesquisamos e militamos por uma América Latina livre, soberana e insurgente.

Traduzindo um esforço de construção orgânica de iniciativas de ensino,

pesquisa e extensão que desbordem em rigorosos processos de investigação, o Veias possui histórico na realização de projetos vinculados às demandas e reivindicações da classe trabalhadora, principalmente, nos seus segmentos mais explorados e oprimidos.

Na trajetória do Coletivo destacamos neste artigo o grupo de estudos, constituído em 2019, que surge em resposta à necessidade de constituição de um espaço de formação que pudesse contribuir como um dinamizador das atividades desenvolvidas pelo Coletivo. A organização do grupo de estudos respondeu ainda às demandas apresentadas pelos estudantes de graduação, em particular do Coletivo Magali de Almeida, para o desenvolvimento de temáticas historicamente marginalizadas no âmbito da formação, como o debate do racismo e do colonialismo, os quais precisam ser entendidos numa perspectiva dialética e de totalidade. Nesse sentido, o grupo de estudos do Veias Abertas é norteado pelo seguinte eixo categorial: colonialismo e capitalismo dependente; racismo e superexploração; Estado, lutas sociais antirracistas e anti-imperialistas e os direitos humanos.

II. O GRUPO DE ESTUDOS COMO EIXO DINAMIZADOR DO COLETIVO VEIAS ABERTAS

A necessidade de ampliação do estudo sobre a relação entre colonialismo e capitalismo dependente e seus desdobramentos perpassa, necessariamente, pelo aprofundamento da compreensão das contradições históricas fundantes das relações sociais na América Latina. É, portanto, o desvelar das determinações essenciais destes conceitos, das relações desencadeadas, suas contradições e mediações no desenvolvimento da formação sócio-histórica, bem como as suas manifestações atuais, que pode possibilitar uma formação profissional mais qualificada, bem como uma intervenção concreta na realidade que seja realmente efetiva para impulsionar a transformação social.

A criação de projetos de pesquisa e extensão centrados no eixo temático que baliza o Coletivo Veias Abertas visa, portanto, atender a demandas concretas da

formação em Serviço Social na UFSC, considerando as necessidades históricas colocadas pelas lutas sociais e sua acentuação no atual quadro histórico do desenvolvimento capitalista dependente. Assim, representa a continuidade ao trabalho desenvolvido desde 2004 pelo Instituto de Estudos Latino-Americanos (IELA) e que tem como norte a crítica às perspectivas teórico-metodológicas e políticas dominantes. Buscar e propor novas referências teóricas, metodológicas, políticas e estéticas é um dos caminhos que entendemos possíveis para a crítica radical à ontologia colonialista da sociedade burguesa e o fortalecimento de uma perspectiva antirracista e anti-imperialista, que tenha como orientação a luta dos/as trabalhadores/as por sua existência, pelos direitos humanos - em particular dos povos indígenas e afrodescendentes, historicamente invisibilizados pela educação colonizadora.

Karl Marx (2017), bell hooks (2017), Josué de Castro (1948) e Carolina Maria de Jesus (2007; 2014) estão entre os autores estudados pelo grupo desde 2019. No ano de 2020 foram estudadas duas obras completas de Clóvis Moura: *Dialética Radical do Brasil Negro* e *O Negro: de bom escravo a mau cidadão? Além de outros artigos do autor e de outros(a) autores(as) que dialogam com a sua obra*².

Clóvis Moura é fundamental para todos(as) aqueles(as) que pretendem estudar a formação sócio-histórica do Brasil ancorado no materialismo histórico-dialético. A obra *Moureana* contribui, de forma significativa, para decifrar as relações sociais de produção que se estabeleceram desde a invasão colonial até a consolidação do capitalismo dependente.

Como síntese dos estudos realizados foi possível categorizar alguns temas que sobressaíram nas discussões, sendo eles: 1) Sociologia brasileira a partir do método crítico dialético; 2) Luta de classes e a práxis negra: relações de conflito/contradição como eixo dinamizador das relações sociais do modo de produção escravista colonial - rebeldia do escravo e Quilombos como negação

2O estudo das obras de Moura deu-se de forma remota, no contexto da pandemia de Covid19 e da suspensão das atividades presenciais na Universidade. Com periodicidade quinzenal e metodologia que incluía leituras e sistematizações individuais prévias aos encontros; debates coletivos e elaboração de sínteses coletivas, contou ainda com filmografia e obras literárias de apoio. A cada encontro, dois participantes ficavam responsáveis pela apresentação inicial dos aspectos principais do texto, destacando palavras-chave, com atenção ao eixo categorial do Veias e à formação em Serviço Social. Outras duas pessoas realizavam a síntese do debate a partir das reflexões do grupo, as quais foram retomadas ao final do estudo de cada obra e servem de registro e base para a elaboração teórica do grupo.

radical ao escravismo; 3) Transição entre modos de produção (escravismo colonial - capitalismo dependente); 4) A constituição de um Estado Nacional escravista e sua mediação na transição - medidas modulares: Lei de Terras, Tarifa Alves Branco, Política Imigrantista, Guerra do Paraguai, Lei Euzébio de Queiroz; 5) Modernização conservadora, dependência e subdesenvolvimento; 6) Imobilismo do negro no mercado de trabalho capitalista e constituição da franja marginal. 7) O racismo como arma ideológica de dominação fundamental ao capitalismo dependente - raça e classe. 8) Os limites da cidadania burguesa sob o capitalismo dependente dinamizado pelo racismo estrutural. O debate de tais temáticas foi norteador pelo eixo categorial proposto pelo Grupo, buscando sempre uma reflexão que trouxesse também a contribuição das obras estudadas para pensar os temas e problemas relativos à formação e atuação profissional do Serviço Social.

O próximo item busca apresentar as mediações elaboradas de forma coletiva pelos(as) integrantes do grupo de estudos ao longo dos encontros em que foram estudadas as obras de Clóvis Moura.

III. CONTRIBUIÇÕES DA OBRA DE CLÓVIS MOURA PARA O SERVIÇO SOCIAL

Não temos dúvidas em afirmar que o estudo da obra de Clóvis Moura é fundamental para a formação em Serviço Social e contribui, sobretudo, para a compreensão da questão social no Brasil, bem como da totalidade das relações sociais contraditórias sob a qual emerge a profissão. É importante dizer que, apesar do contributo da sua obra para as temáticas que passaram a compor as diretrizes curriculares da profissão (ABEPSS, 1996) após a renovação crítica na década de 1980, só recentemente³ ganhou mais espaço - ainda restrito - na produção teórica da profissão. Compreender o racismo estrutural passa também por entendermos os processos de silenciamento e marginalização de certos debates e autores, mesmo em espaços comprometidamente progressistas. Como indica Marcio Farias (2019), Clóvis Moura não é o suficiente para entender o Brasil, como não o é nenhuma

³A tese de doutorado de Ana Paula Procópio é um marco importante nessa inserção.

obra/intelectual, mas, certamente, sem a sua contribuição sociológica é impossível estudar as múltiplas contradições da nossa formação sócio-histórica e projetar as transformações necessárias.

Ao tomar como referência as diretrizes curriculares para a formação em Serviço Social (ABEPSS, 1996) e o projeto ético-político da profissão, entendemos que as elaborações teóricas do autor são ricas em mediações para o desenvolvimento do proposto, sobretudo, nos Núcleos de Fundamentos Teórico- Metodológicos da Vida Social e de Fundamentos da Formação Sócio-Histórica da Sociedade Brasileira. Clóvis Moura contribui ao elucidar a história do trabalho e da classe trabalhadora, os elementos dinamizadores das relações sociais, sua constituição e práxis no Brasil do escravismo colonial ao capitalismo dependente. A história da exploração e dominação do trabalho, bem como da alienação, resistência e luta por libertação, teve no seu centro escravistas e escravos por quase quatrocentos anos. Moura nos ensina que os desdobramentos culturais, éticos, morais e psicológicos dessa longa trajetória de contradições e desumanização de homens e mulheres negros(as) e indígenas dão substância às relações sociais no Brasil. Sobretudo, porque a estrutura forjada pelo escravismo tanto teve continuidade, quanto se aprofundou na sua desigualdade e na elaboração de mecanismos de superexploração e dominação daqueles que trabalham.

Em vista das Diretrizes Curriculares e seus núcleos de fundamentação, destacamos a seguir algumas das mediações presentes na obra de Moura, dentre os temas que sobressaíram nas discussões do Grupo de Estudos do Veias Abertas.

A perspectiva sociológica de Moura desdobra-se de maneira original como crítica ao eurocentrismo e à internalização mecânica de perspectivas alheias à realidade brasileira ou aos modismos epistemológicos que disputam espaço no Serviço Social. Moura construiu análises que ultrapassam o imediatismo, ancoradas na historicidade. Nisso captou o movimento da realidade em seus aspectos determinantes, articulando, o universal e o singular, a totalidade e a particularidade, nas suas manifestações objetivas e subjetivas. É o desvendar da realidade concreta sua principal preocupação, nisso sua obra é rica de elementos que possibilitam apreender a dinâmica do capitalismo dependente no Brasil e na América Latina,

sobretudo a relação entre a superexploração da força de trabalho⁴ e o racismo. Para Moura (2014, p. 183).

o problema de uma nação-país ou área que se formaram após a expansão colonial e tiveram como componente demográfico membros de diversas etnias na composição de sua estrutura sociorracial - ou seja, a população nativa, a dominadora-colonizadora e aquela compulsoriamente trazida para o trabalho escravo - deve ser estudado levando-se em consideração o sistema de dominação/subordinação que foi estrategicamente montado, os elementos de controle social e de repressão organizados pelo grupo populacional dominante/colonizador como aparelho repressivo/organizador e a ideologia justificatória que essa estrutura de dominação produziu.

Em particular no livro *Dialética Radical do Brasil Negro*, Moura traz uma elaboração singular acerca da formação sócio-histórica brasileira, considerando o escravismo não como pano de fundo, mas como um modo de produção que forjou as bases econômicas, políticas, sociais, éticas e psicológicas desse país. Metodologicamente, o autor considera que o escravismo foi marcado por dois grandes períodos, o escravismo pleno - quando toda a estrutura e superestrutura social eram dinamizadas pelas relações escravistas; e o escravismo tardio, que é propriamente o período de transição entre o modo de produção escravista e o capitalismo dependente. De acordo com Souza (2020, p.29).

Decifrar a transição é fundamental posto que, para a sociedade latino-americana, tal categoria se engendra como o processo de definição no “velho” das relações sociais de produção do “novo”, determinando a vinculação dialética passado-presente como uma mediação particular dessas relações no capitalismo dependente.

Desse modo, as elaborações de Moura sobre o escravismo tardio são valiosas, posto que elenca elementos fundamentais para a análise das relações que dão base à sociedade do trabalho livre. Destaca-se aí a atuação do Estado nacional, forjado sobre o escravismo, na defesa dos interesses das classes dominantes internas e externas, com a implementação de medidas cujos desdobramentos têm incidência na estrutura das relações sociais de produção sob a dinâmica da

⁴Acerca do debate sobre a relação entre a superexploração da força de trabalho, o diálogo entre a obra de Moura e as elaborações da Teoria Marxista da Dependência, iniciado por SOUZA (2020) ganhou densidade nos estudos de Veias, reforçando a complementaridade entre as obras e a potência explicativa que as elaborações de Marini ganham com perspectiva moureana.

dependência. O sociólogo aborda cinco medidas modulares nesse sentido: a Tarifa Alves Branco, a Lei de Terras, a Lei Euzébio de Queiroz, a Guerra do Paraguai e a Política Imigrantista. Ambas empreendidas pelo Estado brasileiro ou sob sua chancela no contexto da transição e em decorrência dela. Em síntese, tais medidas protegeram os interesses das classes-raças dominantes, ampliaram o abismo social e racial no país, criaram as condições para a organização capitalista do trabalho e a superexploração da força de trabalho. Tais medidas definiram para a população negra, no contexto da abolição, a marginalização social e econômica, ao passo que dava substância à dominação ideológica racista que, dialeticamente, tornou-se fundamental à própria organização capitalista do trabalho. Nisso se constituiu o racismo estrutural, como engrenagem da extração de mais-valia e acumulação do capital, é o que nos mostra Moura.

Nos debates do grupo de estudos, a interlocução com as elaborações de Moura sobre as medidas modulares, que certamente não foram esgotadas, possibilitou novas compreensões sobre as manifestações particulares das desigualdades sociais no Brasil, às quais terão o racismo como determinação fundamental. Conforme elaborado por Souza & Teles (2021, p.50), destaca-se acerca dessas desigualdades:

a) a consolidação das relações sociais, assentadas no trabalho livre, sob o jugo do capital, e a constituição de novas mediações que particularizam a dinâmica produtiva, a constituição do Estado e a própria luta de classes; b) a afirmação do subdesenvolvimento como forma possível de desenvolvimento capitalista, definido pela condição de inserção na divisão internacional do trabalho, a partir de um momento histórico, no qual o próprio desenvolvimento capitalista nos centros alcançava dimensões monopolistas; c) a manutenção e alargamento da estrutura desigual - propriedade monopolista e privada da terra -, que deu base à criação da massa de despossuídos, necessária à efetivação do tipo de exploração, imposta pela condição dependente (nos termos de Marini (2011), à superexploração); d) a redefinição de um padrão de dominação correspondente à superexploração, portanto, a criação de uma superestrutura compatível que se manifesta a partir do monopólio do poder político, sob o qual se reorganizam os mecanismos de dominação racistas e patriarcais.

Em *O negro: de bom escravo a mau cidadão*, Clóvis Moura traz elementos importantes para analisar como o mercado de trabalho livre, nascente após quase quatro séculos de trabalho escravo, jamais pôde incorporar aos processos

produtivos grande parte dos homens e mulheres expropriados e explorados desde o escravismo colonial. Expropriados de qualquer meio de sobrevivência e até mesmo do reconhecimento da sua condição de humanidade – a qual seguiu negada sob a sociedade de trabalho “livre”, de maneira aberta ou velada. A população negra, “liberta”, se defrontou com um mercado de trabalho “livre” com muito pouco espaço para a sua inserção como trabalhadores e, portanto, para as possibilidades da constituição sequer da cidadania burguesa.

Assim, o resultado da articulação dessas medidas modulares, que conformam a transição do escravismo tardio para o capitalismo, bem como a substituição da mão de obra negra escravizada pelo trabalho assalariado do branco europeu, foi a transformação da massa de trabalhadores negros e indígenas em uma *franja marginal*:

Há, finalmente, a contradição que se estabelece entre o trabalhador negro, recém-saído da escravidão, quase sempre desempregado ou na faixa do sub-emprego, e o trabalhador branco, estrangeiro, que veio para suprir de mão-de-obra uma economia que entrava em um modelo econômico já condicionado pelo imperialismo. Por isto mesmo necessitava de um contingente marginalizado bem mais compacto do que o exército industrial de reserva no seu modelo clássico europeu. Havia necessidade da existência de uma grande franja marginal capaz de forçar os baixos salários dos trabalhadores engajados no processo de trabalho. Essa franja foi ocupada pelos negros, gerando isto uma contradição suplementar. (MOURA, 1983, p. 133).

A franja marginal foi categorizada por Moura (2021) no sentido de explicar o processo da não inserção da população negra no mercado de trabalho livre no contexto do pós-abolição. Franja marginal que será formada de maneira esmagadora pelos trabalhadores e trabalhadoras negros e negras, os quais, deixam de ocupar o centro da atividade produtiva que lhes fora imposto pela escravidão e passam a ocupar as margens da produção e, portanto, da participação na sociedade regida pela forma mercadoria, devido aos mecanismos de imobilização dos/as trabalhadores negros/as criados em concomitância com o nascimento e expansão do trabalho livre no Brasil. Não houve a criação de uma política de integração dos trabalhadores negros e indígenas ao novo sistema de trabalho, mas, a criação de medidas modulares, as quais funcionaram não apenas como estímulo para a vinda dos trabalhadores imigrantes europeus para o Brasil, mas também, sob a condução do Estado, a perpetuação do projeto de dominação burguês que tem no racismo um

dos seus elementos estruturais. O Estado brasileiro passa a atuar como aparelho de dominação ideológica na rejeição social e étnica das populações que faziam parte da sociedade brasileira, deslocando os trabalhadores negros para a margem desse novo sistema que se desenvolvia. Souza & Teles (2021, p.52) apontam que

Na apreensão da história do trabalho e da classe trabalhadora, no pós-abolição, é fundamental que se atente para a parcela negra da classe trabalhadora, que, embora majoritária, será a mais imobilizada no restrito mercado de trabalho livre, principalmente nas regiões em que o desenvolvimento capitalista assumiu maior dinamismo. Nestas, teve como contraface a primazia da inserção do imigrante europeu, introduzido, a partir de uma perspectiva política racista e eugênica, que objetivava eliminar a mancha negra e branquear a Nação.

Em termos de síntese, a relevância dessas elaborações Moureanas para a compreensão da dinâmica do capital reside, do ponto de vista de uma análise dialética, no fato de estar à margem dos processos produtivos não significa não exercer sobre ele nenhuma determinação, ao contrário, a marginalização racializada passa a ser um mecanismo fundamental à extração da mais-valia. Assim, evidencia-se a contribuição de Moura para a apreensão da relação entre racismo e acumulação de capital. Contribuição que se assenta na perspectiva da radicalidade das lutas contra o sistema de dominação e exploração capitalista e da indissociabilidade entre a luta de classes e a luta antirracista. Para Moura, a derrocada do racismo está vinculada à destruição das relações sociais capitalistas.

Por último, vale destacar como a produção de Clóvis Moura apresenta chaves imprescindíveis para a compreensão dos limites da cidadania burguesa em nosso país dinamizada pelo racismo estrutural. A discussão produzida no livro *O negro: de bom escravo a mau cidadão?* ilustra como a ideologia dominante atua na construção de uma hierarquização social pautada em valores etnocêntricos que elegem aqueles que têm direitos e os que serão excluídos, considerados marginais e perigosos. O deciframento de como a exclusão étnica é construída e perpetuada torna-se pressuposto para os(as) assistentes sociais, uma vez que explicita as engrenagens do racismo no país e a constituição de padrões mínimos de cidadania.

A transição do escravismo colonial para o capitalismo dependente significou a marginalização de grande parte da população negra que, alijada dos meios de

produção e relegada à franja marginal do mercado de trabalho nascente, acessou as sobras de uma sociedade construída sob a égide do racismo que os considerava como *mau cidadão*.

O que sobrou para o ex-escravo neste quadro? Exatamente o subemprego, o desemprego, a marginalização progressiva. O que sobrou para a mulher negra? Os trabalhos não qualificados de doméstica, que substituiu os da Mãe Preta e da mucama, o subemprego nas fábricas e a baixa prostituição forçada. Esta foi a realidade que o negro encontrou para resolver, com as suas próprias forças, depois de quatro séculos de escravidão. (MOURA, 2021, p 49).

Na interlocução com a obra de Moura, Souza & Teles (2021, p.52) sintetizam que “o Estado pós-abolição não criou alternativas de sobrevivência e inserção da maioria negra no mercado de trabalho, no acesso à terra e a direitos básicos. Ao contrário, criou barreiras e mecanismos de repressão, criminalização e políticas de eliminação”.

Essas apreensões suscitaram a reflexão contínua sobre as inúmeras barragens e violações sofridas, majoritariamente, pela população negra e as possibilidades para a organização política objetivando a tomada de consciência. Nos debates coletivos foram feitas inúmeras ponderações sobre a importância da obra de Moura para a compreensão de como a ideologia branca opera no ocultamento do dilema étnico-racial brasileiro e seus efeitos concretos no cotidiano da sociabilidade brasileira.

Dentre as questões levantadas destacou-se a estigmatização do então *mau cidadão* como marginalizado, perigoso ou então, daquele que tomando consciência da exploração e opressão em que se encontra submetido, é taxado como contestador e estigmatizado de forma pejorativa, desqualificando suas reivindicações. Moura, tratando sobre a censura que a sociedade branca impõe àquele que contesta a ordem vigente afirma que “essa camada negra que surge e toma consciência dos problemas suscitados pela “situação racial” no Brasil, passa a ser encarada como “mal comportada”, “ousada”, que “não sabe ficar no seu lugar” , que “se julga branca” ou deseja aquilo a que não tem direito” (MOURA, 2011, p. 60).

Moura explica ainda que a população negra marginalizada compõe o arsenal das ideologias de barragem da sociedade burguesa dependente que, para sua

concretude, demandam “a elaboração de mecanismos ideológicos hierarquizadores, os quais passam a justificar as decisões políticas do próprio Estado” (SOUZA; TELES, 2021). No rol das decisões políticas localizam-se as políticas sociais que, teoricamente, seriam o meio para concretização da cidadania.

Desse modo, Moura contribui no deciframento da relação paradoxal, estabelecida entre o capitalismo dependente e periférico e a proteção social residual e fragmentária que resulta na particularidade da desproteção social (TELES, 2018). Nessa lógica, a necessidade de acumulação e de centralização de capital assumem o lugar das necessidades básicas e transformam o direito em mercadoria, passível de demarcação de critérios e méritos, num processo de crescente individualização e criminalização das demandas sociais. Dessa forma, a proteção social torna-se potente mecanismo de legitimação da ordem vigente e de reprodução da estrutura social racista.

Considerando a vinculação seminal do Serviço Social com as políticas sociais e, principalmente, o contexto de surgimento da profissão em meio a consolidação do capitalismo dependente, reitera-se a necessidade de reconhecer os limites da cidadania burguesa sob o capitalismo dependente dinamizado pelo racismo estrutural. Iamamoto; Carvalho (2014) destacam a contradição inevitável que circunda a sociedade do capital: o discurso da igualdade e a realização da desigualdade” (p. 97). Discurso da igualdade que mistifica a liberdade individual e da igualdade de direitos e deveres como passíveis de realização no contexto da propriedade privada e exploração capitalista ao mesmo tempo em que oculta o conflito inerente ao antagonismo de classes.

Uma é condição de existência da outra, embora se neguem mutuamente: a igualdade e a desigualdade, a cidadania e as classes sociais, como polos da mesma moeda. E os “direitos sociais” têm por justificativa a cidadania, embora seu fundamento seja a desigualdade de classes” (IAMAMOTO; CARVALHO, p. 98, 2014).

Em tempos de intensificação da exploração e agudização das expressões da questão social reitera-se a relevância da obra de Clóvis Moura para o deciframento da realidade social ancorada pelo materialismo histórico. Os elementos revelados pelo autor contribuem para o entendimento sobre como a questão étnico-racial é

determinante para a constituição do capitalismo dependente na particularidade brasileira.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A perspectiva teórico-metodológica de Clóvis Moura é fundamental para desvendarmos as particularidades das relações sociais no capitalismo dependente, de modo a captar os elementos constitutivos da luta de classes. Também é potente no desvendar da dinâmica sob a qual emerge a questão social e suas singulares manifestações na sociedade brasileira. Moura foi um dos primeiros autores a colocar o escravo como sujeito da sua própria história e não como uma coisa ou mera mercadoria, como é corrente na historiografia dominante. Ao resgatar o protagonismo do povo negro escravizado e desumanizado pela dominação racial, o autor evidenciou a sua presença ativa e rebelde, que negou a subalternidade e a exploração escravistas. A liberdade, a dignidade e a autonomia para produzir os próprios meios de vida está na ética contestadora de homens e mulheres negras que radicalizaram e foram às últimas consequências na sua luta contra o escravismo, sintetizada na quilombagem. Evidenciar o negro como sujeito político, sua legitimidade como motor da história e como criador da riqueza, foi a tarefa a que se dedicou Moura por toda a sua vida. Contra a historiografia e sociologia dominantes, centrou-se na história dos vencidos, denunciou a invisibilização e apagamento da trajetória daqueles que deveriam ser vistos como verdadeiros heróis e heroínas nacionais, não fosse o racismo que domina todas as entranhas da vida social no País.

Moura afirmava que a história do trabalho no Brasil ainda precisava ser contada. Contada de modo a elucidar suas contradições fundamentais e fomentar a luta contra a estrutura que as cria. Entendemos, a partir do estudo das suas obras que a capacidade da classe trabalhadora se organizar e confrontar o sistema de morte que se impõe há mais de cinco séculos passa pela capacidade de se reconhecer: de reconhecer os processos que nos hierarquizam como força de

trabalho e, com isso, nos fragmenta como classe, sendo o racismo e a dominação sexual elementos estruturantes dessa hierarquização. O reconhecimento do trabalho, da classe trabalhadora e suas lutas, passa, necessariamente, pelo reconhecimento daqueles que a compõem de forma majoritária há quinhentos anos, suas formas de resistência e suas lutas pela emancipação. Resgatar a trajetória coletiva do povo negro é questionar as desigualdades históricas e a naturalização do racismo nas relações sociais capitalistas, como mecanismo de ordenamento social e garantia da superexploração da força de trabalho.

A categoria dos(as) assistentes sociais, desde a incorporação da perspectiva crítica como direção ético-política da profissão, vêm avançando no sentido de constituir estratégias que façam frente ao racismo no contexto da formação e do trabalho profissional de maneira articulada. Nesse contexto, destaca-se a relevância da obra de Clóvis Moura, principalmente, quando considerado seu contributo à formação profissional e à práxis antirracista e anticapitalista que o projeto ético-político da profissão busca fortalecer.

O contexto presente, eivado de contradições e marcado pelo aprofundamento da exploração capitalista, exige dos profissionais uma leitura de realidade que supere as mistificações que perfazem a história de nosso país e servem para a reprodução da ideologia dominante. Nesse sentido, é válido recuperar os questionamentos já publicados no documento Subsídios para o debate sobre a questão étnico-racial na formação em Serviço Social que inquiram sobre a ausência do debate étnico-racial nos currículos acadêmicos e os comprometimentos à formação e o exercício profissional no combate as práticas discriminatórias e preconceituosas; o desconhecimento das expressões da ideologia do racismo que reforçam práticas racistas e sobre quais as dificuldades dos(as) assistentes sociais diante do racismo institucional e as violações de direitos decorrente. Entendemos que questões como essas devem estar cotidianamente presentes no fazer profissional (atravessando a formação e o exercício profissional), pois suscitam a proposição de ações que efetivamente contribuam para a atuação vinculada a defesa de direitos, da liberdade e da reparação as injustiças e violações a que a população brasileira e, em especial, a população negra, vem sendo historicamente

submetida. Nesse contexto, as elaborações teóricas de Clóvis Moura são fundamentais para o Serviço Social.

REFERÊNCIAS

CASTRO, Josué de. **Geografia da fome**: o dilema brasileiro: pão ou aço. Rio de Janeiro: Antares, 1984.

CFESS, SUBSÍDIOS PARA O DEBATE SOBRE A QUESTÃO ÉTNICO-RACIAL NA FORMAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL

FARIAS, Márcio. Clóvis Moura e o Brasil: em ensaio crítico --1 ed. - São Paulo: Editora Dandara, 2019.

GONZALEZ, Lélia. A questão negra no Brasil. **Cadernos Trabalhistas**: São Paulo: Global Editora, n. 2, p. 60-66, 1981.

IAMAMOTO, Marilda Vilela; CARVALHO, Raul de. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica**. -41.ed. São Paulo: Cortez, 2014.

MARINI, Ruy Mauro. **Dialética da Dependência**: uma ontologia da obra de Ruy Marini. Petrópolis, RJ: Vozes; Buenos Aires: CLACSO, 2000.

MARX, Karl. **O Capital**: crítica da economia política. Livro I: o processo de produção do capital. 2 ed. São Paulo: Boitempo, 2017.

MOURA, Clóvis. **Dialética radical do Brasil negro**. 2. ed. São Paulo: Fundação Maurício Grabois, coedição com Anita Garibaldi, 2014.

_____. **Escravidão, colonialismo, imperialismo e racismo**. Afro-Ásia, Salvador, n. 14, p. 124-137, 1983.

_____. **O negro, de bom escravo a mau cidadão?**. 2. ed. São Paulo: Editora Dandara, 2022.

JESUS, Carolina Maria de. **Diário de Bitita**. 2. ed. Sacramento: Editora Bertolucci, 2007.

_____. **Quarto de Despejo**: Diário de uma favelada. 10 ed. São Paulo: Ática, 2014.

SOUZA, Cristiane Luíza Sabino de. **Racismo e luta de classes na América Latina**: as veias abertas do capitalismo dependente. 1. Ed. São Paulo: Hucitec, 2020.

SOUZA, Cristiane Luíza Sabino de; TELES, Heloísa. Pressupostos Para Uma Análise Histórico-Estrutural Da Questão Social No Brasil. In: **Revista Temporalis**, Brasília (DF), ano 21, n. 42, p. 44-61, jul./dez. 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/temporalis/article/view/36842>. Acesso em: 29 de abril de 2022.

TELES, Heloísa. **Desenvolvimento e proteção social na América Latina**: a dialética das recomendações das agências multilaterais para a região. 2018. Tese (Doutorado em Serviço Social). Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, PUC-RS. Porto Alegre. 2018. 217f. Disponível em: <<http://tede2.pucrs.br/tede2/handle/tede/8074>>. Acesso em: 29 de abril de 2022.